

EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# 4 MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO XIII - Nº 271 - DE 03 A 17 DE NOVEMBRO DE 2003 - R\$ 1,50

## Lições da Luta Revolucionária na Bolívia



**As massas voltarão e se chocarão contra o regime**

**Teses da Corrente  
Proletária Estudantil  
Secundarista ao  
Congresso da UBES**

**Fleições ao CR da Apeoesp**

**A greve nas montadoras  
indica a tendência de luta.  
É preciso impulsioná-la contra as  
direções que conciliam  
com o governo e os patrões.**

# Quinzena de Luta da Classe Operária

## Campanha Salarial dos metalúrgicos do ABC: Só a Luta Unificada poderá vencer a Intransigência Patronal

Na última reunião da comissão de mobilização, do dia 10, o presidente da Federação Estadual dos Metalúrgicos da CUT, Adi, apresentou como estão as negociações com a FIESP.

Na realidade, não temos nada:

*Com as Montadoras*

- com relação a principal reivindicação da pauta, a unificação da jornada e dos pisos salariais das montadoras, a resposta foi Não! Nada de igualar o piso salarial e a jornada de 40 horas semanais para todo o Estado;
- com relação a antecipação da data-base, as montadoras querem deixar a discussão para as próximas rodadas;
- com relação ao reajuste, disseram que só irão negociar depois de ter resolvido a eliminação de direitos trabalhistas (férias, 13 etc).

*Com as autopeças e as forjas do Grupo 5*

- Desmarcaram todas as reuniões de negociação

*Com as máquinas e eletroeletrônicos do grupo 9*

- A patronal quer a flexibilização do 13 e das férias, isto é, parcelar o 13 e as férias.

O companheiro pode ver que a patronal não está disposta a repor a perda salarial de 20% e, ainda por cima, pretende destruir conquistas trabalhistas. A pergunta que nos surge é por que os patrões jogam com esse tipo de negociação? Certamente, estão apostando que não faremos uma greve unificada de todos os metalúrgicos. Não se preocupam com a nossa revolta porque acostumaram com a política divisionista utilizada pela direção de Nosso Sindicato, que divide os metalúrgicos em grupos e fica na pura negociação sem luta. Não é isso que temos visto nos últimos

anos?

Chegou a hora de convocar a assembléia de todos os metalúrgicos e unificar autopeças e montadoras num só movimento para arrancar dos patrões os 20%, não aceitar nenhuma exigência de destruição de direitos trabalhistas e enfrentar a onda de demissão que corre solta por todos os setores.

É necessário mobilizar os trabalhadores em todas as fábricas e mostrar aos patrões que somos capazes de unir todos os metalúrgicos do Estado numa grande campanha unificada. Só com a paralisação de todas as fábricas e a tomada de decisão em assembleias unificadas poderemos vencer.

A unificação estadual da campanha metalúrgica é necessária

Mas para isso é preciso colocar em prática e formar os comandos de mobilização.

Precisamos tirar os comandos de mobilização de cada fábrica, de cada setor e formar um grande comando estadual de mobilização, não apenas para saber o que a comissão de negociação está fazendo, mas para mobilizar os metalúrgicos, organizar as formas de luta e se preparar para enfrentar a patronal.

### 20% Não é Aumento Salarial, Mas Reposição de Perdas

Diante da proposta de 20% de reajuste salarial, reivindicada pela direção sindical, a patronal alega que agora não é o momento para falar em reajuste, diz que a crise torna inviável e que o momento é de preservação dos postos de trabalho, que só poderia conceder algo se cortassem alguns pontos dos direitos trabalhistas.

O que precisa ficar claro é que es-

tes 20% não são nenhum aumento salarial, mas uma reposição do que perdemos com a inflação este ano. Vejamos no quadro Abaixo:

Produtos e tarifas	Varição de Preços
Água e Esgoto	19%
Café	40%
Arroz	58%
Açúcar	62%

O que podemos concluir então: os 20% já foram incorporados aos preços em geral, ou seja, nosso salário atual já perdeu 20% de sua capacidade de compra.

Os patrões tiraram esta porcentagem de nosso salário ao aumentar suas mercadorias e agora falam que não têm dinheiro para devolver o que nos roubou!

Não podemos tolerar isto. É necessário exigir o pagamento desta reposição sem nenhum corte de direitos trabalhistas.

### A Federação Metalúrgica não pode entrar no jogo da Patronal

A patronal usa o conto do vigário de que eles, os coitadinhos, não conseguem obter lucros, que existe mão-de-obra excedente nas fábricas, de que é necessário unir com os trabalhadores para fazer o governo baixar os impostos, que é necessário flexibilizar as relações trabalhistas e outras conversas de exploradores.

A Federação metalúrgica e a direção sindical não podem cair nessas conversas. O objetivo deve ser o de exigir os 20% e dizer não à retirada de direitos.

**Diante da versão da empresa e do que foi aprovado em assembléia só há uma saída: que o sindicato convoque uma nova assembléia para os trabalhadores reavaliarem o acordo maldito.**

## **Greve por 20% de reajuste, defesa do emprego, fim das demissões e não ao roubo do imposto de renda**

### **Os patrões não querem nos dar os 20% de reajuste salarial.**

**Companheiros,**

Estamos diante de um jogo em que os patrões ofereceram 15,7% em duas vezes: 12% agora e 3%, em fevereiro. Os 12% viriam como abono. E só seriam incorporados como reajuste em fevereiro, no momento em que os patrões pagariam a segunda parcela.

#### **Qual foi a manobra?**

1) Colocaram de escanteio a nossa reivindicação de 20%.

2) Jogaram com o abono e o parcelamento para que esquecêssemos os 20% e só ficássemos negociando como seria o pagamento dos 15,7%.

3) Assim, depois que abríssimos mão dos 20%, então se chegaria aos 15,7%, que mal dão para repor as perdas do ano.

Vemos então que nossa campanha deixou de ser por 20% e passou a ser por 15,7%. Aqui está a pergunta: devemos abrir mão dos 20%?

Nós achamos que devemos exigir os 20%.

## **20% JÁ!**

## **NADA DE ACORDO POR FÁBRICA UNIDADE TOTAL DOS METALÚRGICOS**

## **Greve Unitária Para Conquistar os 20% e Defesa do Emprego**

Companheiros, Começamos nossa Campanha Salarial com uma pauta unificada de reivindicações de todos os metalúrgicos.

Nossas reivindicações são:

**Reajuste de 20%**

**Antecipação da data base para 1º de Outubro**

**Renovação das Clausulas Sociais**

**Kedução da Jornada de Trabalho, Sem Redução Salarial**

Depois de várias reuniões com os Grupos Patronais, a Federação Estadual

Os nossos reajustes dos últimos anos não acompanham a alta dos preços das mercadorias. O que quer dizer que nossos salários estão sendo rebaixados ano a ano. É preciso dar um basta às perdas salariais.

As montadoras estão ganhando rios de dinheiro. A própria Tribuna Metalúrgica, do dia 22/10, diz que as montadoras têm altos lucros e que podem atender as reivindicações. E, mesmo que não tivessem altos lucros, é direito nosso defender o salário porque é nossa única fonte de existência. Já ganhamos pouco para as necessidades da família. Não podemos abrir mão do direito ao aumento salarial.

É hora de exigir não só o reajuste de 20%, mas também melhoria de vida, obtendo aumento integral.

Há um outro problema: que são as demissões e os acordos malditos, como esse último da Volks, que está terceirizando o emprego e destruindo 1923 postos de trabalho. Os PDVs são um abuso dos patrões contra o direito ao trabalho.

Veja o que está ocorrendo com nossos companheiros, que estão no centro de formação da ala 7. Passam das 8h00 às

12h00 assistindo palestras (lavagem cerebral), em que de cada 10 palavras do palestrante, 8 delas são incentivos para pegar o pacote de demissão.

**Companheiros,**

Está havendo vontade de mobilização. É o que vimos na assembléia em que seria votada a compensação de final de ano. Nela, os trabalhadores, vaiando, deixaram claro que a campanha salarial pelos 20% é a coisa mais importante. Também na última assembléia, lá no sindicato, milhares de metalúrgicos comparaceram para aprovar a greve.

- A greve foi aprovada para hoje (segunda-feira).
- Devemos parar todas as empresas pelos 20% de reajuste, fim das demissões, fim dos acordos malditos, pelo reajuste da tabela do imposto de renda, para que não sejamos roubados em mais uma parte de nosso salário.
- Toda força à greve unitária dos metalúrgicos!

Assembléia democrática em que metalúrgicos de base tenham o direito de defender suas propostas.

dos Metalúrgicos deixou claro que essa campanha não seria fácil.

Já na primeira reunião do Grupo de Mobilização quando discutíamos as formas de luta que travaríamos vários companheiros diziam:

“Não podemos negociar por fábrica”

“Temos que parar todas as montadoras e as autopeças ao mesmo tempo, para evitar que as montadoras fechem o acordo e as autopeças não

Estes companheiros tem toda a razão!

Se a nossa proposta de 20% é para todos os metalúrgicos não podemos dividir as negociações por empresa.

Por isso achamos errado colocar a votação na Scania, pois os outros grupos e montadoras não apresentaram nenhuma proposta ainda.

Companheiros precisamos estar todos juntos

**Unidade dos Metalúrgicos!**

**Só a Assembléia Geral Pode Decidir Sobre o Acordo!**

# Orçamento: governo do PT/Lula tira 3,57 bilhões da saúde

O governo do PT/Lula encaminhou ao Congresso a proposta de orçamento da saúde, incluindo nela os 3,57 bilhões de reais utilizados em programas de combate à pobreza. Na prática, isso significa uma redução do orçamento da saúde nesse mesmo valor. O corte não poderia ser feito diretamente, pois a Constituição determina uma fração fixa dos gastos públicos com saúde e educação. A manobra feita pelo governo do PT/Lula foi idêntica àquela feita pela prefeitura do PT (Marta) em São Paulo no orçamento da educação, em 2001. Na ocasião, Marta incluiu como gastos na educação despesas em uniformes e programas de incentivo social. Pôde assim rearranjar verbas para pagamento de dívidas e outros gastos. Agora, o governo do PT/Lula faz o mesmo no orçamento da saúde.

O orçamento público federal é um dos principais mecanismos de negociação das frações burguesas ao redor do

parasitismo sobre os cofres públicos. Como esse orçamento tem de ser aprovado pelos parlamentares, há negociação com o governo em troca de seus votos. O essencial desse orçamento é a garantia de sustento do parasitismo das dívidas interna e externa, ambas controladas pelo capital financeiro internacional. Depois de votado o projeto geral, então ainda se negociam as emendas, pelas quais os deputados praticam o favorecimento regional, distribuindo obras e benfeitorias de acordo com os interesses de empreiteiras, comerciantes, latifundiários e bancos, e de acordo com as necessidades de preservação de currais eleitorais. A corrupção determina no geral e nas particularidades a íntegra do orçamento público.

A iniciativa do governo do PT/Lula em reduzir de fato o orçamento da saúde é movida pela necessidade garantir recursos para o sustento do parasitismo fi-

nanceiro e pela política privatista, que estrangula o financiamento público e pressiona pela busca de sustento pelo capital, entregando o serviço público para a exploração capitalista.

A reclamação da maioria dos deputados no Congresso Nacional nesse caso é consequência da redução do volume de recursos públicos manipuláveis pelas negociações fisiológicas. O corte de verbas da saúde significa mais dinheiro que vai parar diretamente nas mãos do capital estrangeiro, e menos dinheiro a ser dividido entre as frações oligárquicas parasitas do orçamento. A exigência dos pilantras parlamentares de cumprimento da fração constitucional das verbas da saúde expressa suas necessidades de divisão das migalhas deixadas pelo sanguessuga imperialista.

A política do PT/Lula de cortes de verbas para a saúde é mais um indício do caráter pró-imperialista do governo.

## Lei do desarmamento é antidemocrática

O governo do PT/Lula, com o apoio da Rede Globo de Televisão, tem feito uma campanha em favor da aprovação da Lei do desarmamento da população, tornando o porte de arma em crime. Há toda uma explicação demagógica para justificar essa medida, que vai desde os crimes domésticos envolvendo crianças até o aumento da criminalidade social. Tudo baleia.

O porte de armas é um direito democrático, que a burguesia já não pode mais admitir. O desarmamento da população é o reforço do monopólio estatal da violência reacionária do Estado burguês para preservar o poder político dessa classe e a dominação e exploração capitalistas. A lei do desarmamento põe os explorados em situação ainda mais desvantajosa diante da repressão. Porque a repressão do Estado se mantém armada, a criminalidade também, e os bandos ilegais armados dos capitalistas idem.

Não é à toa que esse projeto ganha mais força no momento em que os

sem-terra retomam a ofensiva das ocupações e da resistência à violência dos latifundiários e seus bandos armados. A criminalização do porte de armas vai facilitar a repressão contra os camponeses pobres e suas lideranças, estabelecendo mais uma base jurídica de apoio às prisões de lideranças. Para os bandos armados dos latifundiários, não faz diferença, porque são ilegais mesmo.

O governo procura apoio político a esse projeto junto à população de classe média das cidades, que tem sofrido com o aumento da criminalidade. Procura comprá-la com o discurso demagógico. Esconde que o aumento da criminalidade é decorrência do aprofundamento da crise capitalista. Por dois motivos essenciais: porque uma fração da burguesia encontra lucratividade muito superior no tráfico de drogas, no contrabando e outros negócios escusos, e isso a estimula a ampliar seus negócios aí; e porque há toda uma fração da população mais empobrecida e marginalizada do empre-

go e do estudo que não tem nenhuma perspectiva de vida a não ser se empregando junto a essa burguesia marginal e fortalecendo seus "negócios" e, com eles, a criminalidade.

O direito ao armamento da população é uma reivindicação democrática, porque expressa relação de força equivalente entre os homens. O capitalismo em decomposição tem de se apoiar em métodos repressivos e de destruição em massa (guerras) para se preservar contra o levante das forças produtivas. A propriedade privada dos meios de produção tem de se apoiar na mais brutal violência reacionária contra as massas para enfrentar a ameaça da propriedade coletiva. As massas têm de se preparar para os embates decisivos, utilizando seus métodos de resposta à violência reacionária, que vão sendo construídos a partir da luta pelas necessidades mais imediatas. A lei do desarmamento é um obstáculo nesse sentido, que tem de ser combatido.

# Eleição para o Conselho de Representantes da Apeoesp Mudar o Conselho de Representantes, para mudar a política sindical da Apeoesp

Há muitos anos, foi criado o Conselho na Apeoesp. Nasceu da luta em defesa das reivindicações salariais e educacionais e da derrubada de uma burocracia pelega, no início dos anos 70. Foi uma conquista da democracia sindical. Porém, aos poucos, a diretoria da Apeoesp – Corrente Articulação/PT – foi burocratizando o Conselho e tornando-o um instrumento a serviço de sua política. O processo de burocratização se deu pelo uso da máquina sindical, que permitiu vincular os representantes do Conselho à política eleitoral do PT e, finalmente, a profissionalização por meio de recebimento de dinheiro. Hoje, a grande maioria do Conselho estadual é manobrada de acordo com os interesses eleitoreiros e carreiristas dessa corrente que dirige a Apeoesp.

Por outro lado, as subseções da Apeoesp são dirigidas por professores eleitos nas regiões, membros do Conselho. O

que vemos é que a maioria das subseções, particularmente no interior, é dirigida pela política da Articulação ou de variantes do PT. E o resultado disso é que transformaram as subseções em escritórios de prestação de serviços. Pouco ou quase nada tem sido feito para o avanço do movimento dos professores e derrota da política governamental de destruição da escola pública e dos empregos.

O setor de oposição à diretoria da Apeoesp é pequeno. Alguns se intitulam como oposição mas, na verdade, cumprem com as mesmas idéias da Articulação. Procuram se diferenciar somente na forma, pois o conteúdo geralmente é o mesmo.

A Corrente Proletária na Educação vem constituindo como grupo de oposição. Trabalha por elevar a consciência dos educadores por meio da defesa de um programa democrático e classista para a Apeoesp. Escreveu para o Con-

gresso da Apeoesp um documento – tese 2 – onde faz a análise da situação política e o papel do sindicato, mostrando que a Apeoesp não tem independência em relação aos governos e defendendo as reivindicações mais sentidas dos professores e a democracia sindical. É importante também dizer que a Subseção da Lapa (S. Paulo) é coordenada pela política da Corrente Proletária. E, não por acaso, os professores sentem as diferenças na condução do movimento. Para que haja uma mudança nos rumos da Apeoesp, devemos, nessas eleições, eleger o maior número possível de professores comprometidos com essa visão de sindicato.

Chamamos os companheiros professores(as) a votarem no programa e nos candidatos da Corrente Proletária na Educação.

## Pontos programáticos defendidos pelos candidatos da Corrente Proletária da Educação

1. O fim da política de submissão da Apeoesp ao governo e a defesa de um programa de luta em favor do emprego, do salário, dos direitos trabalhistas e da escola pública, única, gratuita, estatal, autônoma e vinculada à produção social;

2. Não apoio aos governos Lula/Alckmin/Marta e suas políticas de reformas antinacionais e antipopulares. Contra as reformas da Previdência, Tributária e a trabalhista, que está em andamento. Contra as privatizações das estatais e entrega da economia nacional aos banqueiros internacionais e às multinacionais. Contra o intervencionismo econômico dos Estados Unidos na América, por meio da Alca. Contra o saque imperialista sobre os países mais atrasados (semicoloniais). Pelo não pagamento da dívida externa, porque os banqueiros já receberam muito mais do que emprestaram e retirar mais dinheiro significa impor mais miséria à população trabalhadora. Que os governos se voltem para a criação de empregos e

para o atendimento da reivindicação dos camponeses, que é a reforma agrária. Defesa de um governo, saído da luta, um governo de operários e camponeses.

3. Que os sindicatos constituam uma frente única antiimperialista, dirigida pela classe operária. Defesa da autodeterminação dos povos. Contra o intervencionismo militarista das potências. Fora os Estados Unidos do Iraque.

4. Pelo fim da Reforma Educacional de FHC/Lula/Banco Mundial. Esta só trouxe demissão, destruição da escola pública, municipalização, eliminação de conquistas do Plano de Carreira, favorecimento da rede privada de ensino, parcerias com empresas privadas - que já sonegam impostos e usufruem dos subsídios estatais.

5. É necessário defender a escola pública, lutando pela estatização (sem indenização) de todo o sistema, que deve ser controlado pelos trabalhadores e estudantes. Acesso a todos à educação em todos os níveis. Fim do vestibular e ou-

tras formas de seleção.

6. Defesa do acesso à escola e ao trabalho. Levantamos a bandeira de Nenhum jovem sem emprego. Nenhum jovem fora da escola, como reivindicação dos professores e estudantes no combate à violência. Fora com a polícia da escola.

7. Defesa do emprego a todos os professores. Fim do concurso como mecanismo de reprovação – eliminação e seleção. Direito a todos ao trabalho e condições de ensino.

8. Reajuste imediato dos salários. Há 9 anos que estamos sem nenhum reajuste. O nosso salário não dá para sobreviver. Chega de esmola por meio de bônus e gratificações. O reajuste salarial é a única forma que garante nosso poder de compra e nossa aposentadoria.

9. Para conquistar nossas reivindicações é preciso ir à luta. Somente com nossos métodos, mobilização direta, poderemos enfrentar os governos vendidos ao capital estrangeiro.

## Eleições no CA de Letras/USP (Caell)

As eleições para o CA de Letras/USP (Caell) e representantes discentes (RDs) para o curso contou com 5 chapas: *Na Letra da Luta* (POR e independentes), *Rasgando o Verbo* (Socialismo Revolucionário (SR-PT), MTL e independentes, com apoio do PSTU e Força Socialista), *Era só o que faltava* (apresentava-se com política assistencialista e "apartidária"), *AJR* (juventude do PCO) e *Pão e Circo* (pseudo chapa, de brincadeira).

A chapa *Na Letra da Luta* se apresentou com seu programa (defesa do ensino público e gratuito para todos, único, laico e vinculado à produção social, do fim do ensino pago pela estatização sem indenização, fim dos vestibulares, poder estudantil na universidade e destruição da burocracia universitária, princípios da democracia estudantil, luta contra o governo do PT/Lula e suas reformas neoliberais, defesa do socialismo e da revolução social) e defendendo dar continuidade ao plano de trabalho da gestão anterior do CA (GEMA), que teve como pontos positivos a preservação da independência política do CA diante da burocracia, a aplicação da democracia estudantil, a defesa da moral revolucionária diante de situações de quebra da mesma, a luta para que as contratações de professores decorrentes da greve estudantil de 2002 fossem para as disciplinas obrigatórias, a campanha contra os estupros no prédio, a campanha pela eleição de representantes ao Congresso da UNE (a maior votação da história do curso), a luta contra a reforma curricular de adaptação do curso à falta de professores, que se pretendeu impor em agosto de 2003. Obteve 114 dos 496 votos válidos, o que perfaz um total de 23%, pouco abaixo dos 25% que obtém em média no curso.

A chapa *Rasgando o Verbo* se apresentou com um discurso culturalista, permeado de política. Ou seja, com ênfase em uma programação cultural para o CA, mas de conteúdo político. Expressou a política da esquerda reformista e centrista, que nega a essência do marxismo. Defendeu que é a universidade que tem o papel de produzir conhecimento científico, desconhecendo que o capitalismo impõe a separação entre teoria e prática e assim a universidade não pode realizá-lo, sendo palco de conhecimento decorativo e repetitivo. Formou-se a partir da ruptura oportunista de SR(PT) e PSTU com a gestão atual do CA um mês antes das eleições. A ruptura visava às eleições, e se baseava numa falsa denúncia de

que o POR e outros diretores do CA tentavam dar um golpe ao se posicionarem por um plebiscito pela volta da proporcionalidade no centro acadêmico. O SR e o PSTU diziam que nunca esse plebiscito havia sido discutido na atual gestão, e por isso sua realização neste ano seria um golpe. A mentira é evidente quando se lê o programa da chapa GEMA distribuído amplamente entre os estudantes, que defende explicitamente a realização desse plebiscito. A ruptura, feita sem nenhuma discussão interna à diretoria, é que constitui um golpe eleitoral, para não assumir a condição de situação nas eleições. O fato é foi artificial a presença dessas correntes na chapa GEMA, que expressava a unidade prática do setor do comando de greve que a defendeu até o final e teve posições conjuntas durante os 106 dias de mobilização, em linhas gerais a mesma do POR e oposta à da esquerda do PT (Força Socialista). Essa chapa expressou nas eleições o setor dos estudantes que quer um CA culturalista e não de luta política. Diante do quadro geral de desmobilização após a greve do ano passado, esse setor tornou-se majoritário, especialmente entre os calouros, que não protagonizaram nenhuma luta. Resultado: venceu as eleições, com 208 votos (42%).

A chapa *Era só o que faltava* era a expressão política do apartidarismo e assistencialismo. Sua campanha se baseou no preconceito de um setor dos estudantes aos partidos políticos e no assistencialismo mais barato (promessa de sorteio de 50 bolsas de xerox para estudantes). Teve o apoio do grupo que fez a campanha assistencialista "Natal sem fome" no ano passado. Conseguiu 115 votos, com pouca campanha.

A chapa da *AJR* veio para as eleições sem apresentar o programa do PCO no seu conjunto. Apareceu mesclando propostas radicais com formulações elitistas (universidade como fonte de conhecimento dos trabalhadores). Forrou o prédio com faixas e cartazes. Trouxe vários militantes para a boca de urna. Sua total ignorância sobre os problemas concretos do curso, sua ausência nos momentos de luta política que se travou (reforma curricular, por exemplo) e falta de inserção entre os estudantes a levou à pior derrota possível: 6 votos, menos que o número de integrantes da chapa. Acentua essa humilhação ter realizado a impressão de um panfleto calunioso e delator a integrantes da atual diretoria, à chapa *Na Letra da Luta* e ao POR, assinado e distribuído pela ex-diretora do Caell e ex-

pulsa do POR pelo mesmo motivo (corrupção política e calúnia), Alda.

A chapa "de brincadeira" (Pão e Circo) teve 80 votos, que expressam o setor estudantil avesso ao CA e à mobilização e luta política.

### O boicote de um setor da GEMA à Na Letra da Luta

Durante as eleições, a atual diretoria do Caell não atuou unida. Um parte dos diretores apoiaram abertamente a chapa *Na Letra da Luta*, que era a única que reivindicava a atual gestão. Outra parte não apenas não a apoiou, mas a boicotou, votando nulo. Votar nulo contra a chapa que reivindica a gestão da qual se faz parte pode parecer uma contradição em si, uma loucura. Mas expressa o preconceito político contra os partidos. É a tábua de salvação para não ter de questionar esse preconceito. Para os apartidários, é melhor que o SR e PSTU ganhem o CA e realizem uma gestão burocrática e aparelhista, porque isso lhes permite preservar o preconceito: os partidos seriam então o mal do movimento. Mas deixar que o POR com os independentes que não têm esse preconceito vençam e possam desenvolver a mobilização e a democracia estudantil no CA prova que seu preconceito não se sustenta diante dos fatos. Votar contra si mesmo é a única forma de evitar o questionamento e a autocrítica. Apesar de uma prática comum durante a greve, a desmobilização permite que as posições que nada têm a ver com aquela luta se expressem na ação concreta de forma divergente, oposta. E as práticas se chocam e se separam.

### A tarefa é fortalecer o grupo que se posiciona pela política revolucionária

O POR sai da direção do CA tendo apresentado uma chapa alternativa ao culturalismo e assistencialismo, baseada num programa revolucionário. Isto apesar de todas as falhas que tivemos e já apontamos neste jornal quanto à nossa intervenção. A maioria dos estudantes escolheu outro caminho, mas uma fração apoiou a chapa que organizamos. A tarefa é superar as falhas de organização e trabalho partidário e estruturar uma fração revolucionária no curso, a partir da Corrente Proletária Estudantil.

# POR comemora os 86 anos da Revolução Russa

Todo ano, o POR realiza uma atividade de comemoração de aniversário da Revolução Russa. Ao contrário da maioria das correntes de esquerda, que renegam a Revolução de Outubro, o POR a reivindica como maior conquista da luta proletária pelo socialismo e primeiro passo na direção da unidade mundial socialista. Pela primeira vez na história, em 1917, na Rússia, os operários e camponeses conseguiram derrubar a burguesia e conservar o poder (em 1871, a classe operária de Paris, na França, derrubou a burguesia mas não conservou o poder). Fizem essa proeza a partir da aplicação concreta do socialismo científico, construído a partir das lutas da classe operária pela sua emancipação, desde o Manifesto Comunista de 1848, passando pela Comuna de Paris de 1871. Tiveram de romper com a traição da II Internacional, que falhou quando suas seções nacionais votaram a favor dos créditos da guerra imperialista de 1914-1919. E conseguiram expressar essa conquista na síntese das resoluções dos 4 primeiros congressos da Internacional Comunista, que expressam o ponto teórico mais elevado que se conseguiu chegar na luta pelo socialismo mundial.

O retrocesso que se impôs a partir do estalinismo desde o início da burocratização do primeiro Estado Operário da História até sua desintegração atual colocou a luta pelo socialismo numa situação extremamente difícil. A liquidação dessa conquista e da direção física da revolução e da Internacional levaram a classe operária mundial a ter de recomeçar a luta revolucionária a partir de vários passos atrás. Os crimes do estalinismo são inumeráveis, mas merecem destaque a liquidação da direção que encarnava o programa revolucionário internacionalista proletário e a expressão política da teoria do socialis-

mo num só país, que acentuou o isolamento da Revolução de Outubro, traiu outras revoluções em países como Espanha, China e Alemanha, estabeleceu uma convivência pacífica com o imperialismo e abriu com isso caminho para a 2ª Guerra Mundial e finalmente destruiu as conquistas de Outubro.

A restauração capitalista ocorre em meio a um elevado grau de decomposição da economia capitalista mundial. O que leva a que se realize com uma elevadíssima opressão social. O desemprego em massa, a falta de moradia, a superexploração do trabalho e a perda de conquistas sociais são expressão da barbárie capitalista re-introduzida. A experiência com as lutas pelas reivindicações mais sentidas permitirá às massas da Rússia retomarem o caminho do socialismo, que só pode se realizar em escala mundial.

A desintegração do capitalismo mundial, com as tendências bélicas e de barbárie difundidas por toda parte, acentua a necessidade da revolução social. Com ela, a da direção revolucionária, do partido mundial.

Diante das atuais tendências bélicas em curso, pela política intervencionista do imperialismo, a posição proletária diante da guerra ganha relevância. Por isso, o POR organizou a discussão do debate de homenagem à Revolução Russa a partir do tema "A guerra e a Revolução Russa", destacando os textos "A Falência da II Internacional", de Lênin, "A Guerra e a Internacional" e "A IV Internacional e a Guerra", ambos de Trotsky.

Publicamos abaixo um resumo do texto de Lênin e um texto de Trotsky do segundo livro, de 1914, no qual reafirma as posições proletárias sobre a guerra e que serviu de base para o estudo coletivo desses debates.

## Principais idéias do livro "Lênin - A Falência da II Internacional"

Em 1915, durante o desenrolar da Primeira Grande Guerra, Lênin escreve o ensaio intitulado "A falência da II Internacional". Um marco na ruptura total e sem volta entre a corrente oportunista, que compunha a maioria da social-democracia a qual Lênin denominava de social-chauvinista e a corrente internacionalista e revolucionária, representada pelos bolcheviques - na Rússia, Rosa Luxemburgo - na Alemanha e por setores minoritários - nos demais partidos socialistas europeus.

Lênin, um experiente militante revolucionário, deixa claro o caráter fundamental que já apodrecia a social-democracia na Europa, ou seja, o social-chauvinista, que significava a submissão das direções dos partidos social-democratas às suas respectivas burguesias nacionais; a capitulação frente a guerra imperialista, impondo às massas trabalhadoras os terrores e as misérias da destruição e da mobilização militar obrigatória, uma forma de "escravidão

militar" das massas. Desse ponto de vista, a política do social-chauvinismo (que tem como marco histórico a votação dos créditos de guerra em agosto de 1914), baseada na palavra-de-ordem de "unidade dos velhos partidos", representava, isso sim, a "unidade" do proletariado de cada nação com sua respectiva burguesia e real divisão do proletariado internacional.

Segundo Lênin, o social-chauvinismo nada mais é do que o prolongamento e a expressão mais acabada do oportunismo e do revisionismo. Em agosto de 1914, quando a política das diferentes classes se agudizava e se prolongava na crise de dominação aberta pela guerra mundial imperialista, o social-chauvinismo completou seu ciclo de capitulação, submetendo parte considerável do movimento operário europeu ao nacionalismo burguês a serviço dos interesses de destruição e espoliação imperialista. O internacionalismo proletário, única política revolucionária que se deve levar

em conta pelos marxistas em relação a guerra inter-imperialista, fora abandonado de fato pelo social-chauvinismo.

Lênin estabelecia relação entre esta política nacional-oportunista e setores privilegiados da pequena burguesia e da própria classe operária, a camada da "aristocracia operária". Esta camada tinha interesses concretos em se aliar à burguesia que lhe concedia migalhas de seus lucros. A expressão ideológica e política destes setores sociais, convertidos em funcionários de altos postos das empresas ou em burocratas sindicais e deputados fiéis à burguesia e a seu governo, será o social-chauvinismo, agente da burguesia no seio do movimento operário. Um abscesso podre que deveria ser extirpado para sempre das organizações operárias por meio do avanço da ação revolucionária das massas sob direção política das lideranças que estavam rompendo com o social-chauvinismo. A tarefa seria a destruição do aparelho internacional

social-democrata, como condição para a vitória do processo revolucionário.

Para Lênin, o apoio a governos burgueses significa, simultânea e dialeticamente o fortalecimento da social-democracia enquanto política reacionária de aliança com as burguesias imperialistas e a falência da II Internacional como política revolucionária da classe operária.

Nota-se que, ao contrário dos opor-

tunistas que davam a guerra de rapina imperialista, colonial, um caráter nacionalista, para submeter as massas as suas respectivas burguesias, Lênin é partidário da idéia de que era dever de todo socialista a luta contra a guerra. Aproveitar, isto sim, da crise econômica e política que ela engendraria para acentuar a luta em favor da revolução socialista. O dever mais incontestável de todos os socialistas é revelar as massas a

existência de uma situação revolucionária, de explicar-lhes sua amplitude e profundidade, de despertar a consciência e a energia revolucionária do proletariado, de ajudá-lo a passar à ação revolucionária e a criar organizações adequadas à situação revolucionária. Ao invés de conclamar as massas o apoio a uma guerra imperialista, a palavra de ordem de todo socialista para unir a luta revolucionária é a de guerra civil.

## Extratos:

# Leon Trotsky – A Guerra e a Internacional

1. As forças produtivas, que no capitalismo se desenvolveram, ultrapassaram os limites do Estado.

2. O Estado nacional, a forma política atual, é extremamente estreito para a exploração dessas forças produtivas. Por isso, a tendência natural de nosso sistema econômico é de romper os limites do estado.

3. A política imperialista tem demonstrado, antes de mais nada, é que o velho estado nacional, criado pelas revoluções, tem sobrevivido e é hoje um obstáculo intolerável para o desenvolvimento econômico.

4. A presente guerra é no fundo um sublevação das forças produtivas contra a forma política da nação e do estado. E isto significa o desmoronamento do estado nacional como uma unidade econômica independente.

5. A nação deve continuar existindo como um fato cultural ideológico e psicológico, mas tem sido privada de suas bases econômicas. Toda desqualificação sobre o atual choque sangrento no sentido de que é uma ação de defesa nacional é uma hipocrisia ou uma cegueira. Pelo contrário, o significado real e objetivo da guerra é o aniquilamento dos atuais centros nacionais econômicos e sua substituição por uma economia mundial. Mas o caminho que os governos propõem para resolver o problema do imperialismo não é por meio da inteligente e organizada cooperação de todos os produtores da humanidade, mas sim sua realização por meio da exploração do sistema econômico mundial pela classe capitalista do país vitorioso, a qual será assim transformada de grande

poder nacional em poder mundial.

6. Por meio do estado nacional, o capitalismo revolucionou completamente o sistema econômico do mundo. Dividiu toda a terra entre as oligarquias dos grandes poderes, ao redor do qual estavam agrupados os estados satélites e as pequenas nações que viviam à margem das riquezas dos grandes. O desenvolvimento futuro da economia mundial, sobre a base capitalista, significa uma luta sem trégua por novos campos de exploração capitalista, os quais devem ser obtidos da mesma fonte: a terra.

7. A produção mundial se subleva não somente contra a confusão produzida pelas divisões nacionais e do estado, mas também contra a organização econômica capitalista, convertida hoje em um grande caos de desorganização.

8. A Alemanha começa seu desenvolvimento capitalista sobre uma base nacional e com a destruição da hegemonia continental da França, no ano de 1870-71. Agora que o desenvolvimento industrial alemão sobre uma base nacional se converteu no primeiro poder capitalista do mundo, encontra-se em colisão com a hegemonia da Inglaterra no curso de seu desenvolvimento ulterior. O capitalismo se estendeu além dos limites do estado nacional e se sente limitado de maneira intolerável dentro de suas fronteiras. O grande poder nacional tem de acabar, e em seu lugar deve surgir o poder mundial imperialista.

9. Nessas circunstâncias históricas, a classe trabalhadora, o proletariado, não pode ter interesse em defender a sobrevivência da antiquada pátria nacional, que se converteu no principal obstáculo

para o desenvolvimento econômico. A tarefa do proletariado é a de criar uma pátria muito mais poderosa: Os Estados Unidos republicanos da Europa, como base dos Estados Unidos do mundo.

10. O único caminho pelo qual o proletariado pode fazer frente ao capitalismo imperialista é opondo-lhe como programa prático do dia a organização socialista da economia. A guerra é o método pelo qual o capitalismo, no cume de seu desenvolvimento, busca solução de suas insalváveis contradições. A esse método, o proletariado deve opor-se com seu próprio método: o da revolução social.

11. A guerra presente assinala o desmoronamento dos estados nacionais. Os partidos socialistas da época que agora concluí foram partidos nacionais. Em oposição às solenes declarações em seus congressos, levantaram em defesa do estado conservador quando o imperialismo, crescido no solo nacional, começou a demover as antiquadas barreiras nacionais. E em sua histórica queda, os estados nacionais também arrastaram consigo os partidos socialistas nacionais.

12. Assim como os estados nacionais se converteram em um obstáculo para o desenvolvimento das forças produtivas, também os velhos partidos socialistas têm se convertido no principal impedimento para o movimento revolucionário da classe trabalhadora.

13. O desmoronamento da Segunda Internacional é um fato trágico. Mas sua histórica capitulação revela claramente as causas da queda da Internacional. A nova Internacional se levantará do atual cataclisma mundial.



# Teses da Corrente Proletária Secundarista para o 35º Congresso da UBES

## I. Situação Internacional

1. Destaca-se na situação mundial a ocupação militar dos Estados Unidos no Afeganistão e Iraque. Esses acontecimentos indicam uma ofensiva militar da maior potência imperialista. Está claro que o objetivo dessas ocupações é de domínio das fontes de matéria-prima (petróleo, gás etc) e expansionismo comercial. O fato dos Estados Unidos concentrarem cerca de 40% da economia mundial e constituírem o maior poder militar os obriga a aumentar seu raio de ação, uma vez que o capitalismo se encontra em crise de superprodução. Em qualquer ponto do mundo que haja possibilidade de exploração pelo grande capital multinacional, os Estados Unidos atuam para controlar as fontes de riqueza. No caso de não poder tomar conta pelos meios econômicos e comerciais, utilizam a via da invasão militar. Responde às resistências nacionalistas, como a do Iraque, com sua máquina de guerra. Os demais países imperialistas – França, Alemanha – têm sido obrigados a admitir a estratégia colonialista dos Estados Unidos. O que significa ceder espaço na economia mundial. Essa situação não resolve a crise estrutural do capitalismo. Ao contrário, faz crescer as contradições e aumenta as tensões militares em toda a parte.

2. A América Latina não escapa aos planos expansionistas dos Estados Unidos. Nos últimos tempos, os governos têm aplicado medidas catastróficas, como privatizações, desnacionalizações, abertura de mercados, reformas da Previdência, da educação, trabalhistas e outras para atenderem os credores internacionais e a desenfreada especulação financeira. Os países latino-americanos são constantemente sacudidos por crises de endividamento e por violentas medidas que atingem a economia e a vida dos trabalhadores. A recente quebra da Argentina é um dos exemplos mais contundentes. A exigência de que se aceite a Alca, acordo esse que coloca os Estados nacionais e a América Latina

sob o controle mais direto ainda pelos Estados Unidos, indica o quanto o imperialismo necessita aumentar a taxa de exploração sobre os países semicoloniais. Essa necessidade vem acompanhada do crescente intervencionismo militar. Os Estados Unidos vêm construindo bases militares em todo o continente. O Plano Colômbia é parte da meta mais geral do colonialismo imperialista. Basta que haja qualquer manifestação nacionalista para que os Estados Unidos mobilizem as forças da reação e se juntem a elas, como no caso da tentativa de derrubada do governo da Venezuela. O mais recente caso foi o da Bolívia, em que os Estados Unidos manejaram a OEA e o Brasil para que houvesse a substituição de um governo pró-imperialista por outro, evitando a tomada do poder pelos explorados.

3. A insurreição de camponeses, operários, estudantes e outras camadas populares contra o governo Sánchez de Lozada (Bolívia) constituiu uma resistência anti-imperialista. Os explorados disseram basta de entreguismo, basta de intervencionismo dos Estados Unidos no plantio de coca e basta de desemprego e miséria. Quando os explorados usam seu poder de ação direta e se unificam contra o governo, há uma situação revolucionária. As massas se propõem a derrubar o governo com suas próprias forças, desconhecendo os mecanismos eleitorais e parlamentares. Enfim, passando por cima dos instrumentos da democracia burguesa. Entretanto, os partidos da ordem e as lideranças corrompidas puderam, momentaneamente, impedir que o levante antiimperialista se transformasse em revolução social. Ou seja, tomada do poder e transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva. Ficou clara a necessidade do movimento antiimperialista se tornar anticapitalista. Na Argentina, aconteceu um movimento também revolucionário, que depôs vários governos. Teve caráter anti-imperialista, mas que não se transformou em anticapitalista. É importante entender esses acontecimentos, porque demonstram que a burguesia não pode agir impu-

nemente e que os explorados procuram a saída histórica pelos seus métodos próprios de luta. Na Bolívia, as massas camponesas ainda estão sob a direção de lideranças pró-burguesas, apesar da atuação revolucionária do POR boliviano. Na Argentina, o proletariado ainda não constituiu plenamente seu partido. A vitória dos explorados depende da existência do partido marxista e da libertação da maioria oprimida das lideranças reformistas.

4. Em outras partes do mundo também cresce a resistência antiimperialista. A ofensiva colonialista dos Estados Unidos, que se manifesta na forma do intervencionismo bélico, vem despertando nos explorados o ódio à prepotência e ao saque. Na maioria dos países, houve protestos massivos contra a guerra de Bush/Blair. Mesmo nos Estados Unidos, tem gestado um movimento contrário à política de ocupação militar. A prolongada guerra entre Israel e Palestinos expõe a outra face do intervencionismo estrangeiro e a opressão nacional. Os Estados Unidos têm no Estado de Israel uma ponta de lança de defesa dos interesses do capital internacional. O Oriente Médio é uma região rica em petróleo e ocupa um lugar estratégico para os negócios multinacionais. Vive conflagrada pela disputa das potências, que usam de seu poder para aprofundar a divisão dos povos da região e fortalecer as oligarquias árabes reacionárias. A opressão do Estado de Israel sobre os Palestinos, a ocupação do Iraque e do Afeganistão e o incentivo a conflitos entre as várias etnias acabam por se refletir no restante do mundo e expor a responsabilidade do imperialismo de toda sorte de barbárie. Os explorados aprendem a lutar nessa caldeira de saques, choques e massacres. Ganha força a defesa do direito a autodeterminação dos povos.

5. A multiplicidade de problemas envolvendo o imperialismo tem por base a desintegração mundial do capitalismo. Esse sistema de produção, de divisão de classe e de desenvolvimento desigual das nações manifesta suas contradições na forma de alta concentração de riqueza em ai-

guns países, na impossibilidade de avançar o crescimento econômico de conjunto, no aumento do desemprego e da miséria mundial das massas. Trata-se da manifestação da lei fundamental de funcionamento do capitalismo, que é a contradição entre as forças produtivas altamente desenvolvidas e as arcaicas relações de produção sob a forma de monopólios. O imperialismo é o capitalismo na sua fase de decomposição. O proletariado dos países imperialistas, que, por algum tempo no pós-guerra, pôde usufruir de algumas concessões permitidas pela burguesia, entrou em uma situação de instabilidade, com o desemprego e reformas que eliminam conquistas do passado. Os reflexos mais amplos da necessidade do grande capital aumentar a taxa de exploração se estendem da Europa para o Japão e deste para os Estados Unidos. Este último acabará por expressar o mais profundo choque entre o grande capital e o proletariado. A tendência é destas contradições englobarem o capitalismo como um todo e a luta de classes que se dá na fronteira de um país logo se mostrar como parte da luta de classe mundial. As greves e outras formas de combate dos assalariados contra a exploração do trabalho e o desemprego ganham projeção. Os acontecimentos que envolvem a exploração imperialista convergem para os acontecimentos que envolvem a exploração do trabalho.

6. A bandeira imperialista de que a restauração capitalista na ex-URSS, na Europa oriental e China e sua incorporação na economia de mercado trariam progressos econômicos a esses povos e fortaleceriam a paz mundial se mostrou o contrário. Têm perdido a soberania, suas economias se tornando mais dependentes das potências, passaram a refletir com maior amplitude a anarquia mundial do capitalismo e não mais puderam atuar com os métodos da luta de classe para se contrapor a ofensiva bélica do grande capital. Sofreram profundos retrocessos sociais. A restauração constituiu na recuperação pelo grande capital da propriedade coletiva dos meios de produção, transformando-a em propriedade privada. O que quer dizer restabelecimento da exploração do trabalho da maioria por uma minoria burguesa que detém o poder econômico. A Revolução

Russa, que foi acompanhada de outras revoluções, golpeou a propriedade privada e introduziu nas relações de produção mundiais a contradição entre a propriedade social (socialista) e a propriedade privada (capitalista). Esse marco histórico colocou a necessidade do proletariado mundial combater suas burguesias e fortalecer a luta em torno da propriedade social. A derrocada geral da burguesia, principalmente atingindo as potências, eliminaria o sistema capitalista em sua fase imperialista e iniciaria a construção de uma nova sociedade mundial, que é o comunismo. O retrocesso desse marco travou o avanço histórico e tem permitido a manifestação da barbárie social. No entanto, trata-se apenas de um retrocesso, que o proletariado terá de resolver, em defesa da existência do homem e da natureza. A desintegração do capitalismo põe por terra a ideologia imperialista de que é possível uma economia integrada, solidária e de convivência pacífica. Suas contradições se incumbem de demonstrar a necessidade do proletariado se organizar para a destruição da propriedade privada e constituição da sociedade sob a base da propriedade social, comunista.

## II. Conjuntura nacional

1. A chegada do PT ao poder do Estado, com a vitória de Lula, não trouxe a mudança prometida pelos reformistas e esperada pela população trabalhadora. Imediatamente, assumiu o compromisso de respeitar e proteger os interesses dos credores internacionais. O governo PT/Lula nasceu submisso às pressões do imperialismo. Ao dar continuidade às reformas neoliberais, já previstas no governo FHC, demonstrou seu caráter antinacional e antipopular. A promessa de abrir 10 milhões de empregos, resolver minimamente a fome de milhões e realizar a reforma agrária não passou de jogo eleitoral. A propaganda do estalinismo (PCdoB) de que se criou uma situação política favorável para o neo-desenvolvimentismo é uma farsa, que serve ao PCdoB para ocupar cargos no Estado burguês. O governo do PT/Lula não é das massas oprimidas, mas sim dos capitalistas. Trata-se de um governo burguês voltado aos interesses do grande capital.

2. Organismos como a CUT, UNE, e UBES se enfileiraram por detrás do governo e estão comprometidos com sua sustentabilidade. O argumento de que o governo PT/Lula teve de dar continuidade às reformas neoliberais como uma fase de transição para se chegar ao desenvolvimentismo com distribuição de renda não passa de uma máscara para combater a formação de uma oposição revolucionária. Com isso, apoiaram as reformas pró-imperialistas, embora alegando restrições. Os reformistas do PT e estalinistas do PCdoB mentiram e iludiram as massas oprimidas. Mesmo diante de claras atitudes de servilismo, como a do monitoramento das contas públicas por parte do FMI, a da posição demagógica de paz frente à guerra dos Estados Unidos contra o Iraque e a das negociações em torno da Alca, as direções sindicais e estudantis continuam a agir como canal da política governamental no seio das massas. Essas direções colaboracionistas sufocam o descontentamento dos trabalhadores e da juventude, não permitindo que empunhem as reivindicações elementares, as bandeiras antiimperialistas e assumam a estratégia anticapitalista.

3. É preciso assinalar que o PT propunha um governo democrático e popular, que afastaria do poder a velha oligarquia. O que se verifica é que contraiu alianças com vários setores dessa oligarquia, ressaltando a presença dos Sarneys. A política assentada nos governadores não faz senão reproduzir o poder das oligarquias regionais. Configurou-se um governo que depende inteiramente dos velhos partidos. Não pode recorrer às massas porque as medidas governamentais são contra elas. Assim, sua administração se subordina à influência de forças externas, portanto do imperialismo, e de forças internas vinculadas ao grande capital e as oligarquias locais. A idéia de um governo democrático, calcado no princípio da negociação, corresponde ao jogo intercapitalista. A bandeira de pacto social em torno do programa Fome Zero e de negociação no Conselho de Desenvolvimento Econômico logo revelou o conteúdo antipopular. Um dos pontos-chaves, que era o da reforma agrária, resultou em mesquinha diretriz de apoio a assentamentos já existentes. Ficará aquém do

programa agrário de FHC. Além de não modificar na essência a linha traçada pelo governo anterior, tem aturado assassínatos de sem-terra e prisões de suas direções. Sob seu governo, os latifundiários têm se armado e ampliado suas organizações paramilitares.

4. A política econômica de alta carga tributária, de subsídios a poderosos grupos exportadores, de manutenção de juros elevados, de restrição orçamentária e de recorrência ao FMI e Banco Mundial, para cumprir as metas de pagamento das dívidas interna e externa, potencializa a crise no país. O condicionamento da política governamental ao endividamento e à especulação financeira prepara o caminho de quebras generalizadas. Um volume extraordinário de recursos internos é canalizado para os banqueiros internacionais e agiotas nacionais. Os primeiros reflexos recaem sobre a saúde, educação e infra-estrutura públicas. Atingem estados e municípios empobrecidos. As regiões com maior atraso e pobreza, como no Norte e Nordeste, sofrem maior devastação. Mas o fundamental é que a maioria nacional oprimida é quem agüenta todo o peso das medidas governamentais. Inversamente à promessa de distribuição de renda, o que ocorre é o distanciamento ainda maior entre uma minoria que concentra quase toda a riqueza e maioria que vive na mais profunda pobreza.

5. Os trabalhadores e a juventude não podem deixar se enganar com as promessas de futuro melhor. O futuro começa no presente. A escalada de desemprego é insuportável. As multinacionais demitem e impõem acordos de eliminação de direitos trabalhistas. O governo mantém o salário mínimo de fome. Os sem-terra continuam acampados à espera da reforma agrária. Os funcionários públicos estão há anos sem reajuste. Os assalariados em geral vêm perdendo a capacidade de compra. Milhões de jovens não têm emprego. Esse é o presente que deve ser enfrentado. A política das direções colaboracionistas é de evitar que as reivindicações de emprego, salário, terra, educação e saúde unifiquem os explorados para enfrentar o governo. Protegem a política do governo PT/Lula contrapondo-se à luta da

maioria explorada contra a orientação econômica de manutenção dos acordos com o FMI e de pagamento da dívida externa. Exploram a confiança depositada pelos trabalhadores no novo governo, para defender que estes devem esperar bons resultados para o futuro. Ao contrário, está colocada a mobilização anti-imperialista, que deve fazer parte das lutas que têm ocorrido na Argentina e que agora se manifestam na Bolívia. O combate pelas reivindicações de salário, emprego e terra se choca com os pilares do capitalismo. Se o governo Lula se coloca por manter esse regime, como está fazendo, os trabalhadores devem rechaçá-lo por meio da luta direta. O objetivo estratégico é a do governo operário e camponês, forma governamental da ditadura do proletariado.

### III. Educação

1. O governo PT/Lula dá prosseguimento à reforma educacional de FHC/Banco Mundial. A manutenção do Fundef, como forma de permanência da municipalização do ensino fundamental, e das irrisórias verbas destinadas à educação atestam a continuidade da política de destruição da escola pública. Deu seqüência à orientação pró-imperialista de aumento da centralização política e organizativa por parte do Estado e descentralização da responsabilidade na manutenção do ensino. O argumento de que esse governo reverteria a municipalização, considerada predatória, substituindo o Fundef pelo Fundeb não pôde se efetivar. Encontrou pela frente a diretriz do capital financeiro internacional de reduzir ao máximo os recursos estatais à educação para honrar os acordos previamente assumidos. Dessa forma, as medidas tomadas pelo governo PT/Lula foram de não reajuste do valor do Fundef (conforme prometeu), não punição dos corruptos das verbas do Fundef, manteve as avaliações institucionais, continuou com os projetos assistencialistas de bolsa-escola e vangloriou a legislação (LDB) que dá sustentação à reforma educacional privatista. O reformismo petista se tornou refém da política privatizante do ensino. Haja vista a manutenção do Enem.

2. O que se passa na maioria dos estados e municípios é a falta de vagas e a su-

perlotação das salas de aula. Não há escolas a todos os filhos dos trabalhadores. A juventude é atingida pela redução do número de escolas de ensino médio e impedida de alcançar o terceiro grau. A maioria das faculdades e universidades é privada e uma parte delas sobrevive às custas dos subsídios estatais. As reivindicações dos estudantes de defesa do ensino público, gratuito e em todos os níveis se choca com a orientação privatizante do governo PT/Lula e governos estaduais. Por isso, a luta pela escola gratuita está em oposição ao governo e a classe capitalista, empenhados em acabar com o ensino público e mercantilizar a educação.

3. A juventude padece do desemprego e da impossibilidade de acesso à educação em todos os níveis. A reivindicação de emprego a todos os jovens, combinando com o acesso ao ensino público, mobiliza amplas camadas da maioria explorada e permite a unidade com outros setores de trabalhadores para enfrentar o governo. A defesa do emprego – jornada de 4 horas na produção – e do acesso aos estudos, esbarra no sistema capitalista, que vem destruindo milhões de postos de trabalho. Por isso, o movimento pela escola vinculada à produção social será parte do programa anticapitalista.

4. O combate conseqüente ao ensino privado implica a defesa da estatização de todo o sistema de ensino, sob o controle dos trabalhadores. Expropriação das escolas particulares, sem indenização, e a criação de um único sistema de ensino estatal. Soma-se a essa reivindicação o fim dos vestibulares e de todas as formas de seleção e eliminação de uma parte dos estudantes. Bem como o passe-livre nos transportes coletivos para os estudantes e desempregados.

5. A escola capitalista não tem como ser científica e desenvolver integralmente a capacidade física e intelectual dos estudantes. Por estar desvinculada da produção social (do trabalho), reflete a separação da teoria e da prática. Somente na produção social o conhecimento resulta na ação e esta, por sua vez, reflete em novas descobertas e aquisições. A escola desvinculada do conhecimento prático transforma o conhecimento já existente em aprendizado mecânico e desutilizado

de sua concretude. A escola acaba sendo memorística e de escasso desenvolvimento de raciocínios complexos. Exige-se mais decorar do que pensar a realidade objetiva. Esse tipo de educação não desenvolve as múltiplas capacidades e ainda as embota e as deforma. A escola pública de qualidade colocada pelos reformistas é ilusória. A idéia de que aparelhando-a com computadores, bibliotecas, laboratórios e qualificando os professores se alcançará uma escola transformadora é fantasia. Enquanto a escola expressar a divisão social do trabalho, em que a prática e a teoria estão separadas, enquanto a maior parte dos estudantes viver o desemprego e a pobreza, não haverá "escola de qualidade". A bandeira de "escola de qualidade" serve à política reformista de aceitar a convivência entre ensino público e privado. Além disso, não há necessidade e nem interesse da classe capitalista introduzir todos esses meios para o conjunto das escolas. O estado precário da maior parte das escolas brasileiras comprova essa realidade. Um sistema escolar bem estruturado e com condições de ensino só tem serventia se voltada às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas, portanto estreitamente ligada à produção social. Vivemos o momento em que o capitalismo destrói forças produtivas. Daí a farsa da qualificação.

#### **IV. Movimento Estudantil**

1. O movimento estudantil carece de uma direção que expresse o programa e a política da classe operária no seio da juventude. As correntes que mais têm influência sobre a UBES e UMES, PCdoB e PT, sustentam uma posição vinculada ao Estado burguês e à burocracia escolar. Acabam canalizando o movimento estudantil para eleições, como essa última que constituiu o governo PT/Lula, e enquadram as reivindicações nos marcos das pressões puramente parlamentares. Incentivam as frentes com partidos da burguesia, que comprometem a independência do movimento estudantil. Confundem a defesa das reivindicações democráticas com a defesa do regime democrático burguês. Não desenvolvem um programa que vincula as reivindicações mais elementares com a estratégia socialista de destruição do capitalismo. Comportam-se como reformistas que fragmentam

as reivindicações e fazem do socialismo palavreado vazio. Impossibilitam assim que a juventude da classe operária e da classe média empobrecida constituam um movimento de luta antiimperialista e anticapitalista, que convirja para unidade sob a direção da classe operária. Dessa maneira, burocratizam as organizações estudantis desde os grêmios até a UBES.

2. Não há ainda um movimento estudantil ativo e independente que tenha por base uma rede de grêmios instalados em cada unidade escolar. Em boa parte das escolas sequer existe grêmio. E os que existem estão quase todos sob o controle da burocracia escolar, dos diretores e professores. O regimento para o funcionamento dos grêmios é ditado pelo Estado e aplicado pelos diretores de escolas, que por sua vez acatam as ordens das secretarias de ensino e assim por diante. As direções hegemônicas no movimento estudantil aceitam essa estrutura de controle estatal, adaptam-se a ela e a usam para evitar a existência de um vigoroso movimento da juventude. A tarefa de tornar os grêmios livres e independentes e unificá-los numa rede inter-grêmios não existe e não interessa para a direção pró-burguesa do movimento estudantil. Isso explica o escasso desenvolvimento da democracia estudantil, que tem por base a convocação de assembléias nas unidades escolares, regionais e gerais. As eleições nos grêmios são controladas e manipuladas pela burocracia escolar. A repressão interna às escolas impede a existência de autênticos jornais estudantis. O direito de livre expressão e manifestação nas unidades escolares não existe. E naquelas que há um mínimo de democracia, o controle da direção escolar põe-lhe limite. O funcionamento da UBES e as instâncias estaduais e municipais são mantidas burocraticamente. Por meio das carteiras de passe escolar, a burocracia dirigente exerce seu poder sobre as entidades. O sistema de representação de delegados e a realização de congressos são rigorosamente controlados por uma burocracia estudantil, que segue a política do estalinismo e do reformismo.

3. A juventude vem sendo atingida brutalmente pela decomposição do capitalismo. O desemprego e a escola desvinculada do trabalho golpeiam grande parcela dos estudantes. Uma outra parce-

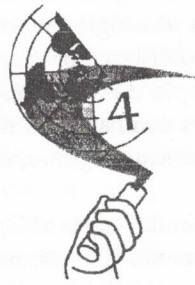
la está escravizada em trabalhos estafantes e de baixa remuneração. Em todos esses casos, a maioria não pode exercer plenamente suas capacidades. Desde muito cedo, os bloqueios econômicos (desemprego e exploração do trabalho) e sociais (divisão de classe e pobreza) impossibilitam à maioria, que vem de famílias operárias, camponesas e de classe média urbana arruinada, realizar estudos que de fato tenham sentido para a produção social e transformação da sociedade. O capitalismo, ao impossibilitar os jovens exercerem suas faculdades produtivas e capacidades intelectuais, vai mutilando uma significativa camada, que não pode ter acesso ao necessário para a existência. Esse regime de exploração não só empurra milhões de jovens para a mais absoluta miséria como os arrasta para toda sorte de atividades anti-sociais e, portanto, para a desumanização. Em resposta, o Estado lhes reserva a mais brutal repressão, resultando em mortandades prematuras e marginalização nas Febens, presídios etc.

4. Um movimento estudantil ativo, democrático e revolucionário não se atém a pequenas reivindicações e ao corporativismo. Está obrigado a partir da realidade vivida pela maioria em todas suas dimensões e todos os seus problemas. O seu programa deve ser extraído das condições impostas pelo capitalismo, acima resumidamente descritas. O que quer dizer que não se prenderá a uma ou outra reivindicação isoladamente, como a defesa da escola pública, condições de ensino, passe-livre etc. O programa do movimento estudantil aglutina as massas oprimidas para lutar contra todas as manifestações destrutivas do sistema capitalista de exploração e opressão. Trata-se de um sistema de reivindicações que liga as necessidades mais elementares de defesa do emprego, dos salários, da jornada compatível com os estudos, da escola vinculada à produção social com a estratégia da revolução social, ou seja, da revolução socialista proletária. Esse programa se assenta na luta antiimperialista, por tornar o Brasil independente dos saqueadores externos, e anticapitalista, por erradicar a sociedade de classe e se alcançar a sociedade socialista de cooperação entre os homens.

**Nesta edição:**

- O governo imperialista de Goni Sanchez de Lozada e todo o regime político burguês se afundou na decomposição
- Fora os Estados Unidos do Iraque
- POR boliviano no seio da insurreição dos explorados

**Artigos do Cerqui**  
**Comitê de Enlace**  
**pela Reconstrução**  
**da IV Internacional**



**Posição do POR argentino:**

**O governo imperialista de Goni Sanchez de Lozada e todo o regime político burguês se afundou na decomposição**

**A rebelião de massas o expulsou do governo**

1) **Triunfo das massas:** a heróica luta do povo Boliviano terminou com Sanchez de Lozada e seu governo e impediu por hora a exportação de gás. Esse triunfo todavia é parcial porque expropriaram das massas impor seu próprio governo e a resolução de todas as reivindicações.

A burguesia conseguiu com a intervenção do imperialismo que não se rompesse o processo institucional: Goni renuncia diante do parlamento e, uma vez aprovada sua renúncia, assume o vice-presidente Mesa, companheiro de chapa presidencial de Goni.

Mesa, por sua vez, continua com a política essencial do imperialismo: a) insiste em que o negócio do gás pode ser feito – somente renegociando impostos e regalias - e que convocaria um referendo para decidir sobre este ponto; b) coincide com a política de acabar com as plantações de folha de coca, associando-a com um combate ao narcotráfico; c) reafirma suas boas relações com os EUA; d) não vai tomar por sua conta a iniciativa de castigar os membros do governo de Goni e a oficialidade responsável pela matança.

A luta popular já havia dado um bom golpe no governo títere de Goni quando

teve de retroceder, com a aplicação do imposto no início do ano, decidido pelo FMI, agora fez que fugisse como um rato depois de jurar que não renunciaria.

2) a denominada “saída institucional” é uma enganação para preservar o regime político e impedir que seja varrido pelas massas e que estas mesmas decidam como formar seu novo governo.

Isso teria sido um passo transcendental para os explorados da Bolívia e para todos os explorados da América Latina. As potências imperialistas, principalmente EUA e governos da Europa, trabalharam ativamente para impedir uma saída revolucionária e contaram com o auxílio de seus peões sulamericanos Kirchner e Lula, que enviaram seus representantes para intervir em favor de uma saída institucional, quer dizer burguesa, reacionária, contrária às aspirações populares. Eles pressionaram os dirigentes opositores que apareciam à frente das lutas para que aceitassem essa saída.

Os líderes burocráticos dos camponeses que já em oportunidades anteriores salvaram o regime voltaram a jogar este papel, para que se possa desativar o caminho para resolver a questão do pe-

der, que claramente havia colocado o movimento de luta. Eles deram uma tré-gua ao governo servil de Mesa (ex-vice-presidente de Goni até uns dias atrás).

Ao imperialismo preocupava que dirigentes camponeses como Morales ou Quispe chegassem ao poder mas mais ainda preocupava que chegassem por meio da ação direta das massas, derrubando o governo e o regime político que estava a ponto de ser quebrado nessa oportunidade. O movimento de massas não buscava substituir um títere por outro. O Governo de Mesa e as Constituintes ou eleições antecipadas não são a solução que coloca o movimento de massas.

3) O governo de Goni era expressão da ditadura capitalista. Não havia nem há vestígios de democracia burguesa na Bolívia. É uma farsa falar de continuidade democrática e suas bondades.

É necessário recordar que o binômio Sanchez de Lozada-Mesa obteve uma cifra insignificante de votos em relação ao padrão eleitoral, como vem acontecendo nas últimas eleições presidenciais, expressando a perda de ilusões das massas com o regime político burguês. Os contí-

nuos levantes populares cada vez mais radicalizados e generalizados mostram decididamente essa perda de ilusões e a busca de sua própria saída, acabando com a propriedade imperialista – multinacionais – e sua dominação sobre a Bolívia.

A luta contra a exportação de gás foi a bandeira mais destacada dessa luta mas, assim que começou a se desenvolver o movimento, se incorporaram todas as reivindicações populares.

A denominada “saída institucional” é contra as massas, para desviar suas lutas, para ganhar tempo e se recompor. As direções que pactuam com essa saída são responsáveis por uma nova frustração.

Alguns setores da imprensa burguesa e reformistas se alegravam de que não se houvesse desencadeado um golpe militar na Bolívia, sem explicar que quem governava expressava na realidade o pior, o mais reacionário da política gorila, apoiados unicamente pelo imperialismo e a oficialidade do exército, corrompida, integrada ao regime. Queriam massacrar os lutadores, acabar com eles, para impor-lhes uma dura derrota, simplesmente não puderam. Setores da polícia e do exército não acataram as ordens de reprimir o povo em luta.

Esses setores, aos que nos referíamos mais acima, defendiam que voltasse a calma a Bolívia, que houvesse paz, que não houvesse mais mortos etc. Mas as massas não buscavam uma trégua, ou simplesmente fazer pressão ou gritar muito forte. As massas se encaminhavam a acabar com o regime político.

Essas posições reformistas, em meio a uma situação revolucionária onde é o regime o que cai em pedaços e pode ser varrido pelas massas empobrecidas, podem jogar um papel reacionário, já que é o regime, com a colaboração da Igreja, dos governos, o que quer dizer esfriar, pacificar, desmobilizar, conter e depois esmagar as massas. Os movimentos buscam terminar para sempre com esses governos responsáveis pelo saque da Bolívia.

4) **Os ataques que vem sofrendo a Bolívia são os mesmos que se aplicam em todos os nossos países.** A qualidade e a contundência da resposta do povo Boliviano não tem só a ver com a extrema

pobreza e atraso e sim fundamentalmente por sua **maturidade política**, pela existência do fator subjetivo, uma vanguarda revolucionária forjada em décadas de luta política ideológica contra a burguesia e o imperialismo. Por essa razão, Bolívia é exemplo década atrás de década dos maiores combates, os mais radicalizados contra seus regimes, contra o imperialismo.

É necessário assimilar todas as lições do poderoso movimento de massas, de seus métodos, de suas bandeiras e de sua politização.

Devemos aprender tudo o que ali se realizou para poder ajudá-los, rodeá-los efetivamente de solidariedade, na próxima onda revolucionária que acabará com essa farsa.

A ação das massas se desenvolve dentro das linhas das **Teses de Pulacayo**, na certeza de que a extremadamente débil burguesia Boliviana submetida inteiramente ao imperialismo só pode afundar ainda mais as massas na barbárie, que só a **revolução social poderá abrir para a Bolívia o caminho do desenvolvimento das forças produtivas**, de superar o atraso, unindo os operários e camponeses de toda América Latina, que isso será obra de um autêntico governo operário-camponês (ditadura do proletariado). **A burguesia não poderá tirar a Bolívia do atraso.**

5) A ação massiva, decidida das massas, expressa a ruptura total com a ordem burguesa. Faz já muito tempo que não esperam que através das eleições ou do parlamento se resolvam seus problemas mais urgentes. Por isso, insistimos, aplica métodos de ação direta cada vez mais radicalizados para impor suas reivindicações. Organiza-se e se prepara a partir das bases para a luta e se expressa nos ayllus e em nos cabildos (assembléia popular) sua decisão de autogovernar-se, de impor sua democracia direta, seu próprio governo.

O movimento de massas busca instintivamente acabar com a propriedade privada dos principais meios de produção, recuperar todos os recursos e avançar para a produção social. Os movimentos sociais que confluíram nessa formidável luta têm um indiscutível conteúdo antiimperialista.

Os camponeses souberam vincular a

luta contra a exportação de gás com a necessidade de recuperar as terras dos latifundiários, de impor o livre cultivo da folha de coca, contra a carestia e a reforma impositiva, mas também os trabalhadores urbanos incluíram suas reivindicações de aumento salarial e acabar com o desemprego.

A mobilização teve um caráter político, quando Goni deu marcha a ré com o tema do gás já era tarde, a ninguém importou. A luta já havia se transformado e se colocavam todas as reivindicações e acabar com o regime político.

6) Já assinalamos e o POR da Bolívia vem marcando a fogo o papel das direções camponesas, alertando sobre todas as suas composições, e como buscam apenas converter-se nos próximos gerentes do Estado capitalista, eles não podem ir além disso, dessas colocações, por sua origem pequeno burguesa que os leva a buscar vantagens ou a se converterem em burgueses. Eles entendem que a crise deve se resolver no terreno da Constituição e se jogam um papel radicalizado é pela enorme pressão de suas bases que lhes impedem trair abertamente. Essas direções devem ser substituídas por outras conseqüentes com as aspirações dos camponeses e que busquem a aliança com a classe operária, com seu partido, com a direção revolucionária, imprescindível para a vitória revolucionária.

7) a direção burocrática da COB cedeu a todas as reivindicações dos governos pró-imperialistas, assegurando a governabilidade do regime. Ocultar esse papel às massas é colaborar com essas direções. Colocar assim nada mais do que eles ocupem o governo é embelezá-los, atirar areia nos olhos das massas.

Nas situações revolucionárias mais que nunca é necessário varrer com as direções vacilantes, colaboracionistas, democratizantes, porque são um perigo para as massas de que abortem sua luta. É preciso dizê-lo com todas as palavras, essas direções têm que ser ultrapassadas. Todas essas direções vão na retaguarda do movimento de massas.

É o próprio movimento que dita os métodos, as ações e as reivindicações. As direções burocráticas falam de convocatória para constituintes como uma forma

de encontrar uma saída dentro do regime político. Mas essa reivindicação é alheia às das massas. Não há nenhuma aspiração popular de reforma constitucional ou de resolver a situação política por meios democratizantes.

8) O processo revolucionário da Bolívia faz parte das lutas que percorrem todos os nossos países contra a política das burguesias e o imperialismo que descarrega toda sua crise e decomposição sobre os países dominados, atrasados, cada vez mais empobrecidos, tratados como colônias. O imperialismo centraliza suas ações, impõe seu comando às burguesias regionais. O imperialismo diz que não pode permitir uma revolução triunfante em nenhum país, por pequeno que seja. Não pode suportar que apareça uma referência revolucionária no meio da América. Sabe que o contágio é imparável e sabe que no caso da Bolívia sempre se acompanhou com particular atenção pelos revolucionários de todas as latitudes pela exemplaridade de suas lutas, pela politização de sua vanguarda.

A classe operária necessita centralizar e coordenar todas suas ações da mesma maneira. Necessita pôr em pé

urgentemente um poderoso partido revolucionário na América Latina e no Mundo. Esse partido é a **IV Internacional** que devemos reconstruir. Um partido de quadros, centralizado, estruturado ao redor do programa da classe operária, de sua estratégia. Nosso objetivo é realizar os **Estados Unidos Socialistas da América Latina** sobre a base do triunfo das revoluções operárias e camponesas em nossos países. O POR boliviano, nossa organização irmã, é um exemplo neste caminho.

9) O imperialismo é consciente de sua crise e não vai ceder voluntariamente seu papel. Prepara-se para intervir pela força contra os países que se rebelam. Por isso as bases militares por todos os lados, a exigência de imunidade, os operativos conjuntos, a presença permanente de tropas em distintos pontos do continente e a vigilância permanente. A crise revolucionária na Bolívia mostrou o embaixador ianque atuando como máxima expressão de poder, ditando a Goni, aos ministros e aos partidos o que deviam fazer e dizer, tratando de impor todas as condições.

10) A intromissão dos governos de

países imperialistas e vizinhos foi mais que evidente. Em nome dos bons ofícios, a mediação e tantas coisas mais, se metem com tudo para impedir que as massas acabem de varrer o regime e imponham seu próprio governo, um governo dos bolivianos, um governo operário-camponês. Rechaçamos toda intromissão desses governos na Bolívia. Exigimos a plena autodeterminação para a Bolívia.

11) Os trabalhadores e os explorados em geral devemos pronunciarnos ativamente pelo triunfo da revolução na Bolívia. Chamando a greve geral em solidariedade quando as massas combatentes se encontrem nos momentos decisivos. Temos os mesmos inimigos. Os mesmos problemas. Um triunfo popular na Bolívia será um triunfo de todos os explorados, será uma fonte imensa que potenciará todas as nossas lutas. Hoje é o povo boliviano que está à cabeça da luta pela libertação da opressão imperialista. É hora de acabar com essa opressão!

**POR-Massas**

**Partido Operário Revolucionário**  
(integrante do Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional (CERQUI))

## Fora os Estados Unidos do Iraque

As manifestações, em Washington e São Francisco, no final de outubro, exigindo o fim da ocupação militar do Iraque pelos Estados Unidos e retorno dos 130 mil soldados norte-americanos, demonstraram que o governo Bush enfrentará grandes dificuldades em manter seu objetivo imperialista. O protesto interno é reflexo da resistência iraquiana, que vem golpeando os invasores com ataques bélicos e sabotagens.

Os Estados Unidos tiveram de praticar o genocídio para se apossarem do Iraque. A gigantesca superioridade militar do imperialismo desintegrou o exército regular do regime de Saddam Hussein e o obrigou a passar para uma forma de resistência clandestina e de milícia. As baixas norte-americanas têm sido quase que diárias.

Para enfrentar os ataques constantes, os invasores intensificam suas ações militares contra a população. O

governo Bush esperava que, uma vez controlado o Iraque e derrubado seu governo, o povo expressaria ódio ao regime de Saddam e apoiaria ostensivamente a eliminação da resistência. Esperava também que a constituição de um novo governo com a fração oposicionista anti-Saddam logo estabilizaria o país e fortaleceria o intervencionismo econômico dos Estados Unidos. Não é o que está acontecendo.

Imediatamente à ocupação de Bagdá e à formação do governo títere, cresceu a resistência, com os ataques de surpresa não só às forças militares ocupantes como também a pontos estratégicos de organização dos invasores. Não está distante de concretizar a previsão de que o Iraque se tornaria um novo Vietnã. É claro que não com as mesmas características históricas, sociais e militares. Mas no sentido de que o imperialismo enfrentaria resistência

com altas baixas em seu contingente militar. O que passaria a refletir como um problema social e político no interior dos Estados Unidos.

A tendência é de crescer o ódio anti-imperialista da população iraquiana, aumentando a capacidade militar de resistência à ocupação.

As falsificações de Bush e Blair, que justificaram a guerra de invasão, estão completamente desmascaradas. E comparam à tona os interesses do grande capital e suas ligações com o poder do Estado. Por outro lado, também foram desmascaradas a Alemanha, França e Rússia, que acabaram aceitando na ONU a invasão do Iraque, apoiando a moção dos Estados Unidos de reconstrução imperialista do país.

A vitória da resistência iraquiana dependerá da organização das massas oprimidas desse país e do avanço da luta antiimperialista mundial, dirigida pela classe operária.

**Bolívia**

# **POR boliviano no seio da insurreição dos explorados**

O levante popular na Bolívia derrubou o governo de Sánchez Lozada, mas não chegou ao ponto de tomar o poder do Estado e concretizar a estratégia revolucionária de implantar um governo operário e camponês, ou seja, a ditadura do proletariado. Houve a substituição de um governo burguês por outro, sob o patrocínio dos Estados Unidos e da OEA.

O governo brasileiro atuou como instrumento da OEA e, portanto, dos Estados Unidos, para que o levante não chegasse a destruir o regime burguês, desintegrar o Estado e arrastar parte das tropas do exército para o lado da revolução.

O fato dos camponeses estarem sob a direção de Evo Morales e Felipe Quispe (Malku) permitiu que o imperialismo manobrasse com a saída de Sánchez Lozada e sua substituição pelo vice-presidente, Carlos Meza.

As massas radicalizadas, dispostas a entregar a vida, como comprovam dezenas de mortes, e empenhadas em organizar o enfrentamento com as forças militares, não puderam avançar rumo ao poder devido ainda estarem sob a influência de partidos e organizações sindicais reformistas.

Mas a batalha não terminou e tudo indica que haverá logo mais novas jornadas de combate direto ao governo antinacional e antipopular.

É importante a presença do Partido Operário Revolucionário boliviano (POR). Este encarna o programa, que contém a estratégia e a tática da revolução social. Ele lutou por materializar a insurreição, levantando a bandeira do governo operário e camponês, desenvolvendo as reivindicações transitórias das massas e trabalhando pelo armamento dos explorados para alcançar o poder.

Publicamos a seguir a seqüência de posicionamentos, divulgados no Jornal Massas do POR boliviano.

## **Massas de 3 de outubro de 2003**

# **A burocracia sindical, corrupta ao extremo e imbecil, ameaça empurrar as massas para o precipício**

As massas radicalizadas ocupam as ruas e as estradas. A cada dia que passa se enfurecem mais e mais. A onda revolucionária se agita a todo o momento.

A burocracia sindical empenha-se em pressionar para que se efetive o diálogo com o governo antinacional, a fim de chegar a um acordo em troca de algumas concessões reformistas.

Enquanto a maioria explorada do país sente que se aproxima a imponente revolução que sepultará a burguesia e o governo servil ao imperialismo, a burocracia não quer mais do que um acordo que assegure a paz social, uma longa vida e grandes lucros aos exploradores e opressores.

## **E a direção revolucionária?**

Sem um comando dirigente das massas, o movimento revolucionário acabará num fracasso.

Onde está essa direção capaz de levantar a tradição revolucionária para potencial o levante das massas?

A experiência nos ensina que se encontra no seio dos combatentes que ganharam as ruas.

O que tem de se fazer é orientar as massas combatentes para a luta pelo poder, organizando-as nesta perspectiva.

É desta maneira que surgirá a verda-

deira direção. As massas organizadas em grupos permitirão o surgimento dos melhores elementos revolucionários, chamados a dirigir os explorados e expressar a riqueza acumulada nas batalhas travadas pelo povo.

## **O armamento**

A tomada física do poder político se faz com as armas nas mãos.

Agora é preciso organizar e armar as massas. No movimento há que se ganhar o melhor das Forças Armadas e da polícia para a causa do povo. Assim se terá as armas.



## **Posicionamento da Federação dos Professores diante do levante**

**Massas 3 de outubro de 2003**

# **Viva a Revolução**

## **Proletária**

Essa é a mensagem da Federação dos Professores de La Paz, convocando ao Cabildo (assembléia popular), na Praça São Francisco e acrescenta: para vencer a fome e a miséria; derrotar a burguesia incapaz e submissa às multinacionais!

Luta unitária de todos os setores de trabalhadores pelos seguintes objetivos:

Não à entrega do gás às multinacionais.

Salário igual à cesta básica familiar com escala móvel.

Não ao Código Tributário! Os pobres não devem pagar mais impostos.

Rejeição à suspensão dos bloqueios.

Rechaço à repressão aos docentes, administrativos etc.

**A capa do Jornal Massas de 3 de outubro  
estampa o seguinte:**

# **Estados Unidos preparam a erradicação dos cocais dos Yungas. Resposta: impor o livre cultivo, comercialização e industrialização da coca**

A riqueza mineralógica deve servir para que os bolivianos vivam melhor e não para que as multinacionais embolsem todos os lucros. O objetivo se materializará quando os mineiros ocuparem as minas, que as multinacionais e a burguesia usurparam.

Derrotar o desemprego massivo, impondo a escala móvel de horas de trabalho, sem redução de salários.

**Posicionamento estudantil  
da Corrente FUL - UMSS**

**Massas 3 de outubro de 2003**

# **Apoiamos a luta camponesa**

Chamamos a unidade dos explorados e oprimidos para derrotar o governo assassino e antipopular.

As ações militares organizadas pelo governo procuram afoegar em sangue o protesto popular e predispor a opinião pública contra os setores que se mobilizam em defesa de seus direitos. Trata-se de ações de claro conteúdo fascista.

Convocamos todos os explorados e oprimidos bolivianos a unificar a luta para impedir que, por meio do massacre, o governo não imponha ao país maiores cotas de sofrimento, fome e miséria, em benefício das multinacionais. A luta por recuperar o gás, pela terra, o direito à autodeterminação, contra o pacote de impostos e por um salário que permita cobrir as necessidades da cesta-básica, passa por derrotar o governo assassino e antipopular.

Cochabamba, 22 de setembro de 2003

## **Nesse número, 10 de outubro, temos refletida a radicalização da luta do povo boliviano e a defesa do POR das reivindicações das massas vinculadas à estratégia do poder. A capa traz a seguinte orientação:**

As massas radicalizadas estão nas ruas e nas estradas, mas sua direção verdadeira ainda não se incorporou no seio dos que lutam e não estão presentes as reivindicações vitais do povo:

1) Acabar com a miséria extrema que açoita a maioria da população, impondo o salário mínimo vital com escala móvel de acordo com a alta constante dos preços das mercadorias;

2) Diminuir a jornada de trabalho (escala móvel das horas de trabalho) para superar o desemprego massivo;

3) Superar a quebra total da educação (escola-universidade), incorporando-a à produção social, unindo teoria e prática;

4) Estatizar toda a terra para devolvê-la às nacionalidades nativas, afim de transformá-la em produções coletivas,

5) Consumar a revolução social para que a ditadura do proletariado concentre em suas mãos todo o gás e o administre conforme os interesses do povo;

6) O governo operário garantirá às nacionalidades nativas que desejem se organizar em estados soberanos;

7) Organizar as massas em luta e armá-las devidamente, isto para concretizar a tomada do poder político pelos oprimidos e explorados;

8) Destruir esse fantoche que se chama Parlamento, substituí-lo por cabildos e participação do povo para resolver seus problemas diários.

Viva a Revolução e Ditadura Proletárias!

**Este número do Massas traz uma resolução  
aprovada no Cabildo de 2 de outubro,  
realizado em La Paz. O Cabildo é uma forma de  
assembléia popular. Eis a resolução:**

- Expulsar a burguesia e o governo de Goni.
- Salário igual a cesta-básica com escala móvel.
- Escala móvel das horas de trabalho.
- Recuperar toda a terra para os camponeses. Autodeterminação das nacionalidades oprimidas.
- Ocupação e estatização das empresas privatizadas.
- Livre cultivo, comercialização e industrialização da coca.
- Rechaçar a reforma educacional do Banco Mundial.
- Utilizar como método de luta a ação direta e de massa etc.

## **Governo burguês em plena desintegração**

Os diversos setores das massas populares vêm ocupando as estradas e as ruas. Suas exigências são cada dia mais radicais e não escutam as ameaças contra a sua radicalização crescente, contrariamente potencia sua capacidade de luta.

Os fatos comprovam de maneira terminante a afirmação porista no sentido de que o país, reduzido à condição de colônia norte-americana, não permite o desenvolvimento da democracia burguesa, que no melhor dos casos não passa de uma ditadura a serviço da classe dominante. (...)

### **A podridão dos poderes estatais**

O Poder Legislativo não passa de caixa de ressonância do que diz e ordena o Executivo. O Presidente da República e seus ministros fazem o que lhes dão na telha, com senadores e deputados.

A podridão chegou a extremos impensáveis. Na véspera, a quadrilha do Palácio Queimado, que se limita a executar o que lhe ordena o embaixador norte-americano da Avenida Arce, se impôs ao Defensor do Povo (um estalinista) e a figuras-chaves do judiciário etc, sem contar com os dois terços de votos do Parlamento. Denunciando ter costa larga, Goni e seus seguidores se prestaram um voto, fizeram renunciar ao ministério o mequetrefe que fez a jogada, para em seguida voltar a seu cargo.

É possível governar ou fazer oposição em meio a semelhante podridão? O governo cai aos pedaços, em consequência de sua extrema corrupção.

Somente os imbecis ou os abertamente pró-burgueses podem lhes ocorrer fazer oposição, conforme os mandatos de uma Constituição que ninguém obedece e menos ainda os que são governo.

Neste momento corresponde dirigir o povo para a insurreição, para sepultar a burguesia e seu mal-governo.

### **O Partido Operário Boliviano denuncia as manobras de substituição de um governo pró-imperialista por outro.**

**Masas de 10/10/2003**

## **As massas lutam, embora não contem com uma direção revolucionária e honesta**

A estupidez: Que renuncie Goni! Para que o substitua outro igual ou pior? Por acaso o estúpido do Solares ou outro imbecil como este?

Olho: A luta não é entre burocratas corruptos ou o pugilato entre carreiristas empenhados em ganhar postos na escalada econômica e social.

Oprimidos e explorados lutem com pedras por sua liberdade, para acabar com a miséria extrema e o desemprego massivo, para derrubar o governo burguês e impor a ditadura do

proletariado.

A revolução não é a troca de um boneco por outro, mas o sepultamento da burguesia para impor o governo do povo, partindo dos órgãos de poder estruturados no calor da luta revolucionária, expressão daqueles que agora são escravos da classe dominante.

### **O POR se apóia na tese histórica de inviabilidade da democracia burguesa na Bolívia atrasada e semicolonial**

**Masas de 10 de outubro de 2003**

## **É preciso destruir o Parlamento da burguesia esmoleira e servente do imperialismo (multinacionais)**

O papel subalterno que joga o Parlamento como parte integrante do aparato estatal dedicado a envernizar a vontade do poder executivo, para que tenha aparência legal, é uma das provas de que na Bolívia não existem possibilidades para o desenvolvimento pleno da democracia burguesa.

A impaciência, a miséria, o pouco desenvolvimento econômico-cultural da classe dominante, sua submissão ao imperialismo, são as causas por que não pode funcionar a democracia. (...)

O Parlamento de hoje concentra e potencia a extrema corrupção que impera no seio da classe dominante, das multinacionais, do governo de turno.

O Parlamento acentua essa corrupção porque seus componentes são impulsionados a satisfazer seu desejo de se tornarem milionários, de obterem cargos privados no aparato estatal e se tornarem peças indispensáveis para o funcionamento da máquina opressiva. O Legislativo demonstra escandalosamente que serve unicamente para facilitar o Presidente da República e sua quadrilha no cumprimento de seus planos por meios mais sujos.

Sou a hora da revolução proletária, que sepultará à burguesia e a seu asqueroso Parlamento.

### **O trotsquismo boliviano defende e trabalha para que os cabildos abertos implantem a democracia operária e constituam órgãos de poder das massas**

**Masas 10 de outubro de 2003**

## **Viva o cabildo aberto! Acabar com a impostura dos municípios controlados pelo governo burguês!**

Na imprensa se lê quase todos os dias que os prefeitos e municípios de grande parte do território boliviano são castigados

ou têm seus recursos econômicos congelados porque as autoridades não recebem parte do dinheiro que vem do Estado. Nestes casos e com muita frequência, as populações se reúnem em cabildos abertos para substituir ou castigar os ladrões. Espera-se que os municípios se convertam em trincheiras de luta contra o governo central da burguesia.

Isto será possível se os municípios se converterem em auto-governos da população, se os cabildos controlarem o governo regional e, portanto, se reunirem com regularidade.

Os cabildos são chamados a definir a política que devem seguir os governos municipais e controlar todos os atos e condutas destes.

Os cargos que cumprem tarefas administrativas com regularidade devem receber um salário que não exceda a média dos salários que regem o país.

Todo ato de imoralidade deve ser punido de maneira drástica e os corruptos devem ser expulsos imediatamente.

Os municípios e os cabildos têm de se mover conforme as normas do auto-governo que impera nos Ayllus e devem se punir os corruptos como fazem os populares todos os dias.

**No Jornal Massas de 17 de outubro, o POR demonstra a existência de duas políticas conflitantes no seio do levante popular**

**Masas de 17 de outubro**

## **A essência do problema que enfrentamos e sua solução**

### **Colocação central**

Supportamos as conseqüências calamitosas da decomposição da ordem social burguesa, do imperialismo. Comprovamos que a colônia boliviana está obrigada, sobretudo através das multinacionais, a suportar os males oriundos dos Estados Unidos; de lá advêm as desgraças que enfrentamos e que irão se acentuar mais e mais.

A classe operária conhece a exploração e opressão em todos os momentos da vida do capitalismo, em maior ou menor medida. É por isso que o assalariado luta de maneira permanente contra o capitalismo, atividade cheia de vitórias e derrotas.

Na situação, comparecem duas políticas contrapostas e excludentes:

A revolucionária, expressa e dirigida pelo proletariado, que propõe, como eixo central, a revolução que sepultará a grande propriedade privada burguesa dos meios de produção (multinacionais) e a classe dominante e seu governo de plantão.

Aqueles que colocam a substituição de um governante por outro, sem tocar na base econômica da sociedade, são reformistas, que até defendem o regime baseado na grande propriedade privada dos meios de produção. Todas as reformas nestes limites estão defendendo o capitalismo, isto é, opressão e exploração da maioria da sociedade.

Os reformistas perpetuam o capitalismo, exigindo poucas vezes colocar-lhe alguns remédios ou reformas.

A resposta ao mal-estar imperante consiste em tomar o poder, seguindo o caminho insurrecional, para impor a ditadura do proletariado. O Estado operário concentrará todos os meios de produção, afim de fazer funcionar a produção com a ajuda do controle operário coletivo.

A finalidade é chegar à sociedade em que cada um deve dar o que pode e receber tudo que necessite, ele e sua família.

**Na página 4 do Jornal Masas, de 17 de outubro, o POR analisa e rechaça a bandeira burguesa de refundação do país.**

### **Masas 17 de outubro**

Conteúdo da refundação do país, partindo das autonomias regionais: a burguesia oriental procura se converter em amo do país, para se potenciar economicamente.

É suficiente passar os olhos nas assinaturas do documento de Refundação, em que aparece a C.O.R. Oriental. Junto à longa lista de empresários, para constatar que se trata de uma política inconfundivelmente burguesa. Os mencionados capitalistas estão empenhados em impulsionar um Estado que possa lhes potenciar com medidas protecionistas para que ganhem terreno no mercado econômico internacional.

### **Uma das características do país**

Bolívia, país capitalista atrasado e de economia combinada, carece de um amplo mercado interno que pudesse impulsionar a unidade nacional. Seu atraso econômico (a desintegração da ordem social burguesa já não permite que se transforme em potência econômica internacional) revela que o Estado boliviano é uma ficção e não unidade, pois se apoia em nacionalidades nativas subjugadas, não há possibilidades para que as poderosas forças centrífugas se convertam em unitárias.

Ao longo da história boliviana, constata-se a presença de tendências centrífugas que ameaçam desintegrar o país, o que se agrava com explosões separatistas de nacionalidades nativas e de regiões, inclusive naquelas dirigidas por setores da burguesia.

Não poucas vezes aparecem correntes francamente federalistas e até separatistas. Os pretendidos refundadores ostentam não poucos traços que caracterizam as tendências mencionadas.

### **No caso presente, atua a burguesia relegada pelo governo**

Seria equivocado identificar separatismo do Oriente com outras tendências separatistas do passado.

A burguesia agro-industrial do Oriente se rebela e se apresenta como separatista porque o Estado lhe nega medidas protecionistas (o imperialismo é livre-cambista). Sabe que se não for protegida não poderá nunca ganhar presença internacional.

### **Evo se desmascara de novo**

Como era de se esperar, Evo se apressou a proclamar sua orientação francamente burguesa. Disse que o MAS já anunciou 30% do programa da refundação da Bolívia e que por isso

estavam obrigados a se somarem ao empresariado de Santa Cruz.

Inesperadamente, o porta-voz dos refundadores disse que não aceitavam que politiqueros se apoderassem de suas colocações.

Ainda que não se tivessem feito essa advertência, o certo é que o MAS sempre se dedicou a repetir as proposições da burguesia nativa e a rechaçar a política da classe operária.

**O Jornal Massas de 24 de outubro traz em sua capa a denúncia da manobra de substituição de um governo burguês por outro e a capitulação das direções camponesas corrompidas na política burguesa.**

**Masas de 24 de outubro**

## **Chacota sanguinária que já açoita: o embaixador ianque criou o boneco Presidente Goni e seu sucessor C. Meza**

Em que pese o rio de sangue que fizeram correr os indevidamente chamados governantes nacionais, Bolívia tem sido na véspera e continua sendo colônia ianque. Os explorados e oprimidos juram todos os dias que continuarão lutando até reconquistar a soberania nacional e derrotar as multinacionais opressoras e exploradora e o próprio imperialismo.

Goni declarou cinicamente que se mudou para os Estados Unidos em busca de apoio econômico para o governo boliviano e que logo voltará para continuar vendendo e envenenando o país. O vice-rei - embaixador leva nas mãos o Meza, que se finge de presidente, como a melhor forma para que continue entregando o país e suas riquezas às multinacionais, para consolidar os elos que os sujeitam ao carro imperialista.

O MAS traidor fez seu joguinho, em busca de alguma dádiva, aparece como sustentáculo de Meza, para que os tontos acreditem que este conta com o apoio incondicional das massas em geral, não só dos cocaleiros.

Povo da Bolívia: organizemos e nos armemos para concretizar a revolução social, que sepultará a burguesia e as ladronas multinacionais e imporá o governo operário e camponês.

**O POR sintetiza as principais lições do levante popular**

**Massas 24 de outubro, página 7**

## **Lições da última luta:**

1. As massas camponesas, operárias, da classe média das cidades, travaram no seio de sua luta enfurecida a urgência de acabar com a grande propriedade burguesa. Os camponeses buscaram, de maneira inconfundível, a reto-

mada da terra para suas mãos, para as das nacionalidades nativas.

2. O mineiros, os operários das fábricas, caminharam para a ocupação das empresas, para administrá-las diretamente sob a forma do controle operário coletivo.

3. Cansados da farsa da democracia burguesa, praticaram em seus movimentos e atos a democracia direta, recordando o que é costume diário nos ayllus e nas organizações sindicais.

4. Os Cabildos abertos se converteram em prática diária. Os combatentes atuaram e se guiaram desde o seio dos Cabildos, conforme as resoluções que adotaram. Os Cabildos são formas elementares de soviets, que são as formas organizativas e de ação durante a luta para o governo futuro.

A luta não terminou e amanhã as massas se encaminharão diretamente à conquista do poder político.

**Durante o combate o POR boliviano levantou constantemente a bandeira de construção do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. Como partido marxista-internacionalista, em nenhum momento perdeu de vista que a luta dos explorados bolivianos é parte da luta de classe mundial.**

**Jornal Massas de 10 de outubro, página 2**

## **Tarefa que se deve cumprir agora:**

O POR convoca os trotskistas do exterior a fortalecer o partido da revolução socialista mundial.

Trata-se de realizar um trabalho indispensável, dada a rápida agudização da luta de classe na Bolívia.

O Partido Operário Revolucionário assinalou que no país se constata a insurgência rebelde da propriedade social (proletariado) contra a grande propriedade privada dos meios de produção (multinacionais, imperialismo, burguesia). Isto quer dizer que se incorpora a revolução proletária.

Temos assinalado com insistência que combatemos às direções sindicais burocratizadas, identificadas com a burguesia e até com as multinacionais. São grupos de parlamentares, sem programa e com muitas ambições de encher seus bolsos com dinheiro. A presença desse fator negativo é evidente, por isso lutamos contra ele.

A direção revolucionária dos explorados se encontra no seio das massas que saem às ruas e estradas para lutar instintivamente, partindo da história, da tradição, da lenda, de tudo acumulado em sua longa luta.

Voltamos a repetir que o ponto de partida para a construção de um poderoso movimento revolucionário internacional, implica a elaboração de programas para as revoluções nos diferentes países e um trabalho firme de penetração nas massas, no proletariado.